

Eles só trabalham para garantir seus privilégios

27 NOV 1986

JORNAL DA TARDE

Depois de um longo período de completo abandono da Câmara e do Senado — as últimas votações no Congresso aconteceram ainda no primeiro semestre —, deputados e senadores estão voltando a Brasília para os últimos dias da atual legislatura. E, para não perderem o costume, vão coroar esta que foi uma das mais lastimáveis fases do Parlamento brasileiro em toda a sua história com um outro esforço concentrado em prol, em primeiro lugar, dos próprios e imediatos interesses da classe.

Um projeto de decreto legislativo preparado pela Câmara dos Deputados, que deverá ser votado esta semana — alguém duvida que será aprovado por unanimidade? —, propõe um aumento de cerca de 110% nos salários dos futuros congressistas-constituintes. Um deputado passará dos atuais Cz\$ 42 mil para Cz\$ 90 mil; para os senadores o aumento será idêntico. A proposta mantém a atual estrutura dos vencimentos do Legislativo, dividida em uma parte fixa — que passará para Cz\$ 12 mil —, e outra variável, composta por jetons, ajudas de transporte, moradia, correios, telefones e serviços de gabinete. Com isso, mantém-se um dos mais odiosos privilégios dos deputados e senadores: só a parte fixa dos salários é tributável; portanto eles só pagam Imposto de Renda sobre menos de 15% do que recebem, enquanto os brasileiros comuns são mordidos pela Receita Federal em tudo que ganham.

Para os deputados que não foram reeleitos — mais de 60% da atual composição da Câmara Federal — serão pagos, como “prêmio de consolação”, 50 mil cruzados para que eles desocupem os apartamentos funcionais antes de 15 de janeiro, para dar lugar aos novos ocupantes. Alegam nossos legisladores que eles só têm obrigação de devolver o imóvel no dia 2 de março, e se a Câmara tivesse que arcar com a hospedagem dos futuros parlamentares e suas famílias em hotéis durante este período gastaria entre Cz\$ 100 e Cz\$ 130 mil por família. Um incentivo que não tem o menor sentido: o recesso parlamentar começa no dia 5 de dezembro e 40 dias são mais do que suficientes para que os derrotados arrumem suas trouxas e voltem para seus Estados por sua própria conta, e não às custas dos contribuintes que não têm nada para agradecer-lhes pelo tempo que estiveram em Brasília, muito pelo contrário.

Na verdade, este estímulo é uma compensação para aqueles que irão votar o aumento mas não poderão usufruir dele no próximo ano.

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, os autores da proposta não escondem que estão burlando as determinações expressas do governo federal, que nas recentes medidas na área econômica aprofundou o processo de desindexação da economia brasileira, tentando evitar que as expectativas inflacionárias sejam transferidas para os salários, pondo a girar a perversa espiral salários-preços. Eles confessam, abertamente, que o aumento “visa proteger seus vencimentos dos impactos futuros da inflação”, garantindo assim, para os parlamentares, “uma remuneração compatível com a dignidade de sua elevada função pública”.

Chega a ser uma provocação, tanto ao governo federal quanto aos cidadãos brasileiros, que os congressistas tomem uma atitude dessas num momento em que as autoridades econômicas, para evitar uma degringolada geral da economia brasileira, baixaram uma série de medidas que, de uma forma indireta, irão conter a expansão dos salários.

Além disso, se depois do Plano Cruzado várias classes de trabalhadores conseguiram aumentos significativos em seus salários — o aumento real médio da massa salarial foi de 30% —, nenhuma categoria chegou, nem de longe, aos 110% que os deputados querem generosamente se outorgar.

É bom lembrar ainda que os subsídios e ajudas de custo dos membros do Congresso Nacional já foram aumentados em janeiro deste ano em 89%, juntamente com o funcionalismo público federal. Como esses subsídios e ajudas de custo estão vinculados às taxas de reajustes dos servidores da União, podemos entender que, se em janeiro, como de praxe, o governo der um aumento a seus funcionários, os congressistas voltarão a ser beneficiados. O que elevará seus aumentos reais depois do Cruzado para muito além desses 110%, o que nenhum outro trabalhador brasileiro terá conseguido depois de 28 de fevereiro.

Essa liberalidade dos senhores parlamentares, para aumentar ainda mais o desrespeito com que esses pretensos representantes populares tratam não só os negócios públicos mas, principalmente, aqueles a quem pediram votos, se faz à custa dos cofres do Tesouro Nacional, ou seja, dos seus próprios eleitores. É o dinheiro dos impostos tirado dos cidadãos e das empresas que irá cobrir os aumentos a serem votados.

Aliás, gastar é a única coisa que a Câmara e o Senado sabem fazer. O deputado Ulysses Guimarães e o senador José Fragelli têm planos, ainda não abandonados, de executar obras de reforma e ampliação dos já vastíssimos e luxuosos domínios do Congresso...

Os famigerados jetons também não serão extintos e não se criou nenhum mecanismo para evitar que os deputados que não comparecem às sessões continuem recebendo esta gratificação. Outros expedientes que incentivam a gazeta e a vagabundagem, que transformaram o Legislativo brasileiro num dos lugares mais vazios do País, também foram mantidos, como o execrável voto de liderança, expediente pelo qual o líder do partido vota por todos os parlamentares da sua legenda e ninguém precisa aparecer para trabalhar. Afinal, ninguém é de ferro no Parlamento. Aliás, o próprio projeto que aumenta os vencimentos dos deputados será aprovado pelo voto de liderança. Nem para cuidar de seus interesses os parlamentares querem dar-se ao luxo de trabalhar!

É realmente um fim bastante digno para um Congresso que passou a maior parte do tempo entregue às moscas, que recebeu sem trabalhar e protagonizou faticas memoráveis como o episódio dos pianistas. Esperamos, sinceramente, que isso não seja uma amostra daquilo a que iremos assistir no próximo ano.